

INTEGRAÇÃO E CONFLITO EM UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO: O SOLAR GRANDJEAN DE MONTIGNY E SUAS RELAÇÕES DE PODER NO PERÍODO DE 1951-1963

Aluna: Mariana Gomes Barbosa

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Silvia Ilg Byington e Clóvis Gorgônio

1.0 - Introdução

Após 39 anos de portas abertas atuando como Centro Cultural, para as mais variadas exposições e outras atividades artísticas e culturais, o Solar Grandjean de Montigny, hoje conhecido como Museu Universitário da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), inserido no *campus* Gávea, no ano de 2018 abriu suas portas para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Eu, Mariana, graduanda de Geografia na PUC-Rio, tenho a oportunidade de fazer parte desta experiência.

Adentrar esse Museu e ter contato com seu rico acervo e conhecer um pouco de sua história, despertou-me a curiosidade de compreender seu desenvolvimento territorial tanto no aspecto físico quanto no simbólico, em seus diferentes períodos históricos, desde sua construção, por volta de 1827, até o presente momento.

No ano de 1938, o Solar foi tombado como Patrimônio Histórico pelo Serviço Histórico do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN), e no ano de 1950 a PUC-Rio compra o terreno onde está. Encontrei em seu acervo documentos como cartas e ofícios de comunicação entre o órgão federal e a Universidade, onde pude constatar uma tensão entre os dois, referente aos projetos arquitetônicos da Universidade e as leis de proteção ao patrimônio propostas pelo IPHAN.

Verifiquei, através desses documentos, que o Solar é regido por múltiplas relações de poder. E meu objetivo tornou-se esclarecer, com bases teóricas e metodológicas, as divergências geradas pelos diferentes interesses acerca desse bem e suas consequências, no período de 1951-1963, que será justificado no Relatório Substantivo.

A partir de 2019, o Solar Grandjean de Montigny passou a estar vinculado ao Núcleo de Memória da PUC-Rio que, por sua vez está submetido à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (VRAC). A proposta geral desta união é sublinhar a identidade acadêmica do Solar, o que supõe produzir pesquisas de cunho interdisciplinar e, para isso, foi constituída uma equipe bem diversificada. O grupo é coordenado pela professora Margarida de Souza Neves e pela pesquisadora Silvia Ilg Byington. Também conta com os pesquisadores Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves. O corpo técnico é composto por André Luis Gonçalves Pereira, Carlos Augusto Scalzo, Júlio Cesar Alves Nobre e Rita de Cássia Vasconcellos de Mattos. A equipe de bolsistas, é composta, além de mim, por Cláudia Cristina Ferreira de Freitas e Giovanna de Oliveira Chiletto, assim como a bolsista PICT-Sênior Telma Bonniau Gitirana. Além de produzir pesquisa, o Solar me proporciona a experiência de realizar monitoria em exposições, o que, sem dúvida alguma, agrega valor em minha vida, ao lidar e comunicar-me com os visitantes. Por fim, o Solar Grandjean de Montigny confere uma amplitude de conhecimentos em minha vida tanto profissional quanto pessoal. Este relatório traz as atividades feitas por mim no período de julho de 2018 a julho de 2019, dividindo-se em duas etapas:

- Relatório Técnico: um resumo das atividades realizadas coletiva e individualmente.
- Relatório Substantivo: o texto que consolida o meu trabalho individual de pesquisa.

2.0 - Relatório Técnico

2.1 - Atividades em equipe

No período compreendido por este relatório, o Solar Grandjean de Montigny realizou as seguintes atividades em equipe:

- Reuniões semanais com a participação de toda a equipe: coordenadores, pesquisadores e bolsistas, tendo como principais metas discutir sobre como foi a semana de trabalho individual (troca de experiências); realizar oficinas técnicas-pedagógicas; analisar o andamento das exposições realizadas no Solar, assim como elaboração de novas atividades; e também discutir textos produzidos pela equipe e outros autores;
- Pesquisa e ideias para a construção de um novo site para o Solar Grandjean de Montigny;
- Estudo capacitante de como padronizar anotações referentes ao levantamento do acervo Solar, assim como organizá-las; estudo e elaboração de fichamentos; estudo de técnicas de catalogação (reconhecer, cadastrar e organizar);
- Discussão sobre o andamento das pesquisas, bem como orientações sobre a estrutura do relatório para o PIBIC (o que é relatório técnico e substantivo)
- Atividade: laboratório de escrita acadêmica, coordenado pela professora Margarida de Souza Neves;
- Realização de seminários de texto com a participação da equipe, que se compreendem em:

01 - Em 28/08/2018, ocorreu o seminário sobre o texto “Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história”, do autor Carlo Ginzburg. O seminário foi realizado pelo pesquisador Eduardo Gonçalves e discutimos sobre o capítulo “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. O capítulo tem como tema central o desenvolvimento de investigações traçadas por vestígios, indícios, rastros. O historiador e escritor Ginzburg é representante da corrente historiográfica conhecida como “micro-história”, o que capacita o exercício de pesquisa;

02 - No dia 17/09/2018, o pesquisador Eduardo Gonçalves realizou o seminário sobre o documento de trabalho intitulado “O Solar e o gato de Alice.: O Solar Grandjean de Montigny / Museu Universitário da PUC-RIO - 2018”, escrito pela professora Margarida de Souza Neves. O principal objetivo do documento era: organizar cronologicamente os principais acontecimentos relativos ao Solar desde a chegada do arquiteto francês Grandjean de Montigny ao Brasil, na chamada Missão Artística Francesa. Também busca definir os objetivos da atual gestão do Solar e as condições para alcançá-los;

03 - Seminário realizado pela professora Margarida de Souza Neves, no dia 29/10/2018, acerca do livro “Lugares de memória: Ditadura militar e resistências no Estado do Rio de Janeiro”, escrito por José María Gómez, professor do Departamento de Direito e especializado em Ciências Políticas e Sociais. O livro tem como ideia central servir de ferramenta instrutiva nos estudos sobre a memória social de grupos e instâncias afetados pela Ditadura Militar no Rio de Janeiro, bem como a memória histórica da própria sociedade;

04 - No dia 31/01/2019, a professora Margarida de Souza Neves realizou uma discussão acerca do texto “Entre memória e história: A problemática dos lugares”, escrito pelo historiador e editor francês Pierre Nora, que é conhecido, principalmente, por seus trabalhos em relação a memória e identidade francesa. A ideia central do texto consiste em demonstrar a diferença entre história e memória, e a relação que uma exerce sobre a outra, assim como construir a noção de “lugares de memória”;

05 - O seminário realizado no dia 08/04/2019, pela professora Margarida de Souza Neves, discorreu sobre o artigo “Documento/Monumento”, de Jacques Le Goff, inserido na Enciclopédia Einaudi. A discussão percorreu caminhos desde a etimologia das palavras ‘Documento’ e ‘Monumento’ à sua tese central, que consiste em afirmar e sustentar que todo documento é um monumento e vice-versa.

2.2 - Atividades individuais

Durante o mesmo período que constam as atividades realizadas em equipe, realizei individualmente as seguintes tarefas:

- Levantamento de dados do acervo do Solar, que abrange quadros, documentos textuais, fotografias, livros, e outros tipos de documentações;
- Catalogação dos dados do acervo do Solar em uma ficha catalográfica elaborada pela equipe, como consta na seguinte imagem:

Acervo Solar Grandjean de Montigny – Museu Universitário da PUC-Rio
Planilha de entrada de dados

Código:	
Localização Atual:	
Localização Original:	
Tipo de documento: (thesaurus, pode incluir cromia)	
Autor:	Assinatura:
Título:	
Data:	Local:
Descrição:	
Outras inscrições (frente):	
Outras inscrições (verso):	
Quantidade:	Duplicatas:
Dimensões:	
Moldura/suporte:	
Detentor/responsável:	
Data de chegada ao acervo:	
Como chegou ao acervo (procedência) (doação, aquisição):	
Condições (estado físico do documento):	
Palavras-chave: (thesaurus)	
Notas:	
Fontes pesquisadas:	
Movimentação:	
Cadastrador:	Data:

Imagem 1: Ficha catalográfica para cadastro de documentos do acervo Solar.

- Levantamentos de dados para um capítulo do livro “Lugares de memória da PUC-Rio: Solar Grandjean de Montigny”, que será redigido pela equipe do Núcleo de Memória da PUC-Rio e pela equipe do Solar, para celebrar os 80 anos da Universidade;
- Contribuição para a criação do vocabulário controlado do acervo do Solar;
- Monitoria nas exposições: “Gávea - território de diversidades, morada de contradições”, no período de 25 de julho a 26 de outubro de 2018; e “Solar: Acervo, Obras em obras”, no período de 19 de dezembro de 2018 a 19 de junho de 2019;



Imagem 2: Monitoria da turma do Departamento de Letras da PUC-Rio na exposição “Gávea - território de diversidades, morada de contradições”. Fotógrafa Rita de Cássia. 2018. Acervo Solar Grandjean de Montigny.

- Pesquisa e levantamento para a produção de uma cronologia do Projeto Portinari, com o intuito de agregar informação para o projeto futuro de exposição comemorativa dos 40 anos de Projeto, no Museu Universitário Solar Grandjean de Montigny;
- Leituras realizadas:
 - 01 - GUINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. de Frederico Carotti. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
 - 02 - NEVES, Margarida de Souza. **O Solar e o gato de Alice**. [Rio de Janeiro: Solar Grandjean de Montigny, 2018]. Mimeografado.
 - 03 - NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p. 7-28, dez. 1993.
 - 04 - LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **Enciclopédia Einaudi volume 1: História – Memória**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
 - 05 - MAIA, João Luis Araujo; CHAO, Adelaide Rocha de la Torre. Subúrbio Carioca: conceitos, transformações e fluxos comunicacionais da cidade. **Conexão - Comunicação e cultura**, UCS, Caxias do Sul - vol. 15, n. 29, p. 147-165, jan./jun. 2016.

- 06 - RAFFESTIN, Claude. O Território e o Poder. **In: Por uma geografia do poder.** São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 143-158.
- 07 - VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, abril de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 abr. 2019.
- 08 - ARESTIZÁBAL, Irma. **A morada carioca:** Grandjean de Montigny e o Solar da Gávea. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1992.
- 09 - SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marco Aurélio (Orgs.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- 10 - BOAS, Lucas Guedes Vilas. Resenha de livro: “Por uma geografia do poder”, de Claude Raffestin. **GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio.** Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 116-122, jan.-jun. 2015.
- 11 - NEVES, Margarida de Souza, et al. (Orgs.). **Crônicas de Memória** Rio de Janeiro: PUC-Rio/Núcleo de Memória, 2014.
- 12 - SANTOS, Milton. Estrutura, Processo, Função e Forma como categorias do método geográfico. **In: Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985. p. 49-59.
- 13 - MASSUCATE, Yvonne Archanjo. **O papel do IPHAN na construção da brasilidade.** Juiz de Fora: UFJF, 2010.
- 14 - ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil:** monumentos históricos e arqueológicos. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. p. 330-344. (Reedição comentada. Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva (Org.)).
- 15 - SOUSA, José Antônio de. O Território na perspectiva das dimensões simbólicas, culturais e identitárias. **Ambivalências:** Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP/UFS, v.1., n.2., p. 156 – 177, Jul-Dez/2013.
- 16 - RAFFESTIN, Claude. Territoriality. A reflection of the discrepancies between the organization of space and individual liberty. **International Political Science Review**, 1984, vol. 5, no. 2, p. 139-146.
- 17 - CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 163-175, junho 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de Julho de 2019.

3.0 - Relatório Substantivo

INTEGRAÇÃO E CONFLITO EM UM PATRIMÔNIO HISTÓRICO: O SOLAR GRANDJEAN DE MONTIGNY E SUAS RELAÇÕES DE PODER NO PERÍODO DE 1951-1963

“A forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social”.

Milton Santos, *Espaço e método.*

3.1 - Introdução

O território é um espaço apropriado por uma relação de poder manifestada em todos os níveis das relações sociais. O território é, por excelência, um lugar de conflitos e interesses, assim como de memórias e inclusões, condicionados por agentes sociais. O Solar Grandjean de Montigny, Museu Universitário da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio -, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN – será, na presente pesquisa, aplicado como objeto de estudo acerca de conflitos territoriais. As entidades

PUC-Rio e IPHAN serão aqui consideradas como agentes sociais condicionadores e representantes da constante construção do Solar Grandjean de Montigny. Os conflitos ocorridos nesse território existem desde quando esse terreno tombado e seus arredores se tornaram propriedade das Faculdades Católicas, em 1951. Por isso, surgiu o interesse de analisar essa relação no período de 1951-1963, pois em 1951 inicia-se a saga de formulação e envio de anteprojetos da Universidade Católica sobre seu *campus* para o IPHAN. Já no ano de 1963, após ocorrer a primeira restauração do Solar, promovida pelo IPHAN, o Reitor Pe. Laércio Dias de Moura S.J. decide utilizar o segundo andar do patrimônio como sede da Reitoria, como forma, talvez, de equilibrar a relação com o órgão federal.

O Solar é um território imbuído de diferentes significados, de acordo com o ponto de vista dos agentes sociais que o gerem, utilizam ou visitam. Pode ser considerado como um lugar de memória, uma valiosa rugosidade na paisagem brasileira, um espaço simbólico, portanto, de alta estima, e necessidade de proteção. Assim como também pode ser considerado como uma edificação de valiosa arquitetura, com seu devido valor, porém que tem seus espaços com a básica função de servir de espaço útil para a realização de determinadas atividades.

Baseando-se em Santos (1985) [1], “a acumulação do tempo histórico permite-nos compreender a atual organização espacial”. Dessa maneira, uma análise com uma perspectiva geo-histórica se revela relevante para o bom entendimento do processo de construção do Solar e compreensão das relações de poder que constituem e ressignificam esse espaço.

O primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), em sua vertente nacionalista, procurou construir uma identidade cultural brasileira. Sendo assim, na Constituição de 1934, foram atribuídos deveres ao governo de proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país. Logo, no ano de 1936, Mário de Andrade, que estava na posição de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, produziu o anteprojeto que deu base a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN -, que, em 1937 foi criado pelo decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 [2]. O SPHAN, foi, por muitos anos, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, e atualmente, com a denominação de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN -, é vinculado ao Ministério da Cidadania. O órgão possui a responsabilidade de conservar, monitorar e fomentar os bens culturais brasileiros, assegurando seu aproveitamento para as gerações presentes e futuras.

As tratativas acerca do Solar, no período de 1951-1963, foram realizadas pelo Reitor Pe. Pedro Belisário Velloso Rebello S.J., que exerceu o cargo de 1951 a 1956, o Reitor Pe. Artur Alonso Frias S.J., de 1956 a 1962 e o Reitor Pe. Laércio Dias de Moura S.J., de 1962 a 1970. Durante todo este período, o Diretor do SPHAN permaneceu sendo Rodrigo de Melo Franco de Andrade, o criador e idealizador do Serviço de Patrimônio. A denominação do órgão SPHAN sofreu alterações ao longo dos anos, devido a diferentes estruturas administrativas que foram sendo constituídas para atender às necessidades das várias fases do órgão, adaptando-se às condições políticas e econômicas do Estado[3]. Por efeito disso, o órgão nasceu em 1937 com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. Em 1946 o nome foi alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - DPHAN, e no ano de 1970 alterado, enfim, para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, o qual permanece até os dias atuais. O tratamento nominal do órgão, nesta pesquisa, será citado de acordo com o período referido.

O tombamento do Solar, em 10 de agosto de 1938, deve-se a seu valor artístico e histórico, pois foi construído, com fins de moradia, pelo arquiteto francês Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, que veio ao Brasil na chamada Missão Artística Francesa em 1816, por iniciativa de Dom João VI, após a chegada da família real portuguesa. A Missão tinha o objetivo de “orientar o desenvolvimento arquitetônico e urbanístico da cidade barroca, de indiscutível marca portuguesa, para convertê-la em monumental capital”[4]. É, por ocasião do tombamento e até hoje, um dos raros exemplos de arquitetura de traços neoclássicos destinada

à moradia familiar, um testemunho da história da Gávea e da cidade, um monumento artístico e histórico, e um documento que permite uma grande riqueza de interpretações.

Em razão da imagem que Auguste Grandjean de Montigny construiu no Brasil, sendo ele o primeiro professor oficial de arquitetura do país, bem como suas realizações de projetos significativos em solos brasileiros, tais como a Academia Imperial de Belas Artes, o prédio da Praça do Comércio, atual Casa França-Brasil, sua residência na Gávea – provavelmente a única residência neoclássica do país -, atual Solar Grandjean de Montigny, entre outros. Esse seu vínculo a fatos memoráveis da história do Brasil, conferiu valor a essa construção e motivou seu tombamento como um patrimônio histórico brasileiro inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes com as seguintes e relevantes observações: número de inscrição: duzentos e cinco; obra: prédio localizado à Rua Marquês de São Vicente, 233, Gávea, Rio de Janeiro - Casa de Grandjean de Montigny e respectivo jardim; natureza da obra: arquitetura Civil; caráter de tombamento: compulsório [5]. Sendo o tombamento um instrumento de proteção do IPHAN, que atribui ao bem histórico e artístico uma singularidade, pois o escolhe e separa dos demais para que nele fique assegurada a garantia de perpetuação da memória, como sustenta Canani (2005) [6], pode-se notar o poder simbólico existente no Solar Grandjean de Montigny.

No ano de 1950, a PUC-Rio adquiriu vários terrenos na rua Marquês de São Vicente, entre eles o terreno tombado e seus arredores, que eram ocupados por chácaras – e passou a ser a proprietária de uma área de 67.000 m² na Gávea, para construção de seu futuro *campus*. Foi quando iniciou uma disputa de interesses entre a Universidade e o SPHAN, devido às relações de poder entre essas entidades que irão, concomitantemente, atuar sobre esse território, e tem, sobre ele, diferentes títulos de posse ou poder. Isso porque o Solar e seu jardim, tombados, são protegidos por leis federais pelo SPHAN/IPHAN, e simultaneamente, configuram uma construção de propriedade privada da PUC-Rio. E, como evidencia a afirmação de Gilberto Velho [7], “o patrimônio cultural é um campo de conflito”. Sendo assim, na presente pesquisa serão analisadas com uma abordagem geográfica as tensões ocorridas dentro do período de 1951-1963 entre o IPHAN e a PUC-Rio, quanto à forma e função do Solar Grandjean de Montigny, assim como suas consequências.

As leis federais protecionistas propostas pelo IPHAN, basicamente conduzem o patrimônio à um patamar de conservação e realce na sociedade brasileira. A Imagem 3, apresenta o Solar Grandjean de Montigny durante uma obra de restauração no telhado, realizado pelo IPHAN. Levando o foco da imagem à tela que protege o patrimônio e à placa intitulada “IPHAN”, pode-se fazer uma analogia a relação do órgão federal com o Solar, representando o cuidado e a proteção que eles exercem sobre o bem, e a placa individualizando seu poder sobre o território, como uma forma de marcação, delimitação, apropriação.



Imagem 3: Solar Grandjean de Montigny durante obra de restauração do telhado realizada pelo IPHAN.
Fotógrafo desconhecido. 2012. Acervo Solar Grandjean de Montigny.

3.2 - Esferas de um território: dissidência entre o físico e o simbólico

Vale ressaltar que, ao longo dos anos, o conceito de território adquiriu diversas concepções, devido às diferentes perspectivas epistemológicas por diferentes estudiosos, como Friedrich Ratzel, Milton Santos, Rogério Haesbaert, Claude Raffestin, entre outros.

Raffestin (1993) [8], defende que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço”. Nessa perspectiva, o território é, portanto, uma produção do espaço. Essa produção, devido às particularidades de todas as relações que envolve, se insere num campo de poder, que é inerente a todas as relações. A soma das particularidades - tanto morais quanto institucionais - que constituem a PUC-Rio e o IPHAN, resultaram, em 1951, em um conflito de interesses em relação à produção do espaço que envolvia o bem tombado.

Em contraponto ao entendimento de território físico, aquele delimitado, apropriado e regido por uma relação de poder, há o entendimento do território simbólico que é caracterizado por singularidades e simbologias dos atores que dele se apropriam e que o vivenciam. Para compreender a relação entre a PUC-Rio e o IPHAN, é necessário analisar ambos os pontos de vista, levando-se em consideração as diferentes particularidades e interesses que os levam às diferentes apropriações e, conseqüente, formas de tratamento acerca do patrimônio.

A dimensão simbólica é complexa e também é um fator imperativo para a ocorrência de conflitos relativos ao território. A noção de território simbólico pode ser relacionada ao conceito “lugares de memória”, proposto por Pierre Nora [9]. Os “lugares de memória” são, sinteticamente, lugares no sentido físico (material) que permitem acesso a uma memória, que não é mais memória, e sim história, pois está reconstituída através de vestígios. Esse conceito é inserido na lógica de tombamento do IPHAN, devido a sua responsabilidade proteger um bem

com valor histórico/artístico, que representa um processo de identificação em indivíduos que têm acesso a ele. Os lugares de memória são também lugares que tem a função de construir memória e que se revestem de uma aura simbólica, características institucionalmente consolidadas pelo tombamento. Portanto, o Solar Grandjean de Montigny, para além de sua função atual na estrutura da Universidade como Museu Universitário e Centro Cultural da PUC-Rio, deve ser considerado como um lugar de memória, sendo ele um documento e um monumento de uma (ou muitas) memória(s) vivida(s). Pertence à PUC-Rio, mas seu tombamento faz dele um bem de todos os brasileiros.

O território simbólico é fruto de manifestações culturais e identitárias, compreendidas através da relação homem e sociedade. A pluralidade de práticas, representações e acepções, desenvolvidas no território, conferem um caráter de intangibilidade ao mesmo [10]. Dessa maneira, a existência de conflitos e divergências será inevitável nos territórios constituídos pelas esferas física e simbólica devido às múltiplas interpretações, apropriações e consequente relações, desenvolvidas em determinado território, como é o caso do Solar.

As Faculdades Católicas contrataram a firma Severo Villares S/A para projetar seu novo campus, a qual elaborou um projeto arquitetônico com capacidade para 8.000 alunos. Essa ação pode exemplificar o argumento de Raffestin (1993), “qualquer projeto no espaço, que é expresso por uma representação, revela a imagem desejada de um território, de um local de relações”[11]. A Universidade precisava de uma infraestrutura compatível com seus objetivos para formar seus alunos. Sendo assim, em 1951, o projeto foi enviado com o pedido de licença à Prefeitura do Distrito Federal, que aprovou o projeto. Entretanto, eis que surge o impedimento do SPHAN, alegando que os 11 andares propostos e a proximidade ao Solar iriam ser “prejudiciais ao panorama do local”, como afirmou Rodrigo Melo Franco de Andrade em uma carta publicada no jornal Correio da manhã, em dezembro de 1952 [12]. Ora, esse argumento contrário, põe em evidência o discurso de que “a territorialidade do homem provoca ações tanto negativas quanto positivas no espaço” [13], sendo a territorialidade um comportamento que expressa a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização ou apreensão pelos atores envolvidos [14]. O indeferimento deste projeto marcou o início de um cabo de guerra entre as entidades dado esse conflito de interesses.

O IPHAN, um órgão público que possui expressivas responsabilidades já citadas, resguarda os patrimônios históricos e artísticos que agregam e representam valor social à Nação Brasileira. Para o órgão, o Solar tem o valor de um monumento artístico e histórico, por isso o trata como tal, através de restaurações e dispositivos regulamentares que visam a sua preservação e destaque. Por outro lado, a PUC-Rio, uma renomada instituição privada, que contribui com a formação de profissionais críticos e capacitados, também exalta o valor do Solar, só que de diferente maneira, baseada em diferentes interesses e processos. Ela reconhece o Solar, desde 2011, como seu Museu Universitário, e desde 1980, como Centro Cultural, que atende ao público acadêmico e da comunidade. E também o reconhece como um edifício que está inserido dentro de sua propriedade privada, portanto, entende que deveria estar sob seus cuidados. Sendo assim, podemos levantar a hipótese de que, no limite, o IPHAN admite o Solar como um território eminentemente simbólico, um lugar de memória da história do país. E é admitido pela PUC-Rio como um território delimitado, físico, legal, e onde ela pode exercer seu poder por direito de propriedade. Ambas entidades exercem seus poderes sustentado pela legislação, o que torna a relação ainda mais complexa e delicada.

Após o indeferimento do projeto do *campus* pelo DPHAN, em 1952, a Universidade criou um novo anteprojeto, esse agora com edifícios limitados a 5 andares e respeitando uma distância de 70 metros do Solar. Em carta [15] destinada ao Diretor do DPHAN, Rodrigo de Andrade, o Reitor Pe. Pedro Velloso S.J., declara:

Temos a honra de passar às mãos de V.S. o novo anteprojeto da sede da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em que procuramos com o máximo de

sacrifício possível, da Universidade, reduzir o programa da sua sede, submetendo-nos às determinações manifestadas por V.S. e os técnicos do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Esse novo anteprojeto foi aprovado pelo SPHAN, porém, no mesmo ano, as Faculdades Católicas propuseram ao governo federal a suspensão do tombamento do Solar, tornando-o sua responsabilidade direta, com o argumento de que este era sua propriedade. Esta proposta foi enviada pelo Reitor Pe. Pedro Velloso S.J. através de uma longa carta destinada ao então presidente da República, Getúlio Vargas. Na carta, o Reitor expressa sua preocupação a respeito do desenvolvimento da Universidade, a partir da limitação estrutural do campus, devido a presença do patrimônio tombado. Nessa carta, o Reitor refere-se ao Solar como “preciosidade de estilo colonial”, e confessa sua consideração com o bem, porém, argumenta que as exigências do então DPHAN ficavam cada vez maiores, provocando prejuízos pedagógicos, morais e econômicos à Universidade [16]. Ernesto Simões Filho, o então Ministro da Educação e Saúde, a serviço da Guarda de Monumento Artístico, enviou uma carta ao Presidente, manifestando seus argumentos contrários a esse destombamento, e recomendando que o pleito não fosse aprovado pelo Governo Federal [17].

Como consta na Imagem 4, o jornal Correio da Manhã publicou uma imagem do 2º anteprojeto do *campus* Gávea e menciona na reportagem, “dificuldades inexplicáveis” acerca de seu processo de construção. O Diretor do órgão federal, Rodrigo, através de uma carta, responde a reportagem, defendendo seus interesses e declara que essa redação “censura a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelas ‘dificuldades inexplicáveis’ que estaria criando à condigna instalação da Pontifícia Universidade Católica nos seus terrenos da Gávea” [18]. As tais dificuldades inexplicáveis se referem justamente ao conflito de interesses já citados, entre a Universidade e o IPHAN. Conflito esse que repercutiu entre diferentes hierarquias e meios de comunicação, aprofundando a complexidade do caso.

Após anos de trâmites e ajustamentos entre a PUC-Rio e o SPHAN, no dia 17/06/1955 é inaugurada a sede da Universidade Católica na Gávea durante a semana do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro. Já no ano de 1958, o Diretório Central de Estudantes – DCE/PUC-Rio, que exercia suas funções no Solar, solicitou uma atenção do então SPHAN, ao estado de conservação da casa. Sendo assim, após uma comunicação entre o Reitor e o SPHAN, em 1963 foi realizada a primeira restauração do Solar [19]. Essa intervenção enfatizou o poder do órgão federal sobre o patrimônio que o Solar representava e, ao que parece, a Reitoria aceitou de bom grado a intervenção, pois representava uma valorização do Solar, incluso em sua propriedade e a desonerava de tomar providências para a restauração. Em novembro de 1963, a restauração foi inaugurada durante o Festival Universitário. Recuos e progressos caracterizam a relação entre as entidades.

Propostas de novas construções – como a biblioteca, a Reitoria e o centro tecnológico - foram feitas pelo Reitor Pe. Laércio S.J., em carta datada de 20 de dezembro de 1963 [20]. No mesmo ano, a Reitoria se estabeleceu no segundo andar do Solar Grandjean de Montigny, visto que a obra para a construção da Reitoria ainda não havia sido realizada, e também, possivelmente, para tentar equilibrar a relação com o SPHAN.



Imagem 4: Planta do 2º anteprojetado para o campus PUC-Rio publicada no jornal Correio da Manhã. 21/12/1952. Acervo Núcleo de Memória da PUC-Rio.

3.4 - “Pra não dizer que não falei das flores”: cultura e integração no patrimônio

Embora as tensões e conflitos resultantes das relações de poder que o regem, o Solar é, antes de mais nada, um território onde se manifesta exposições e apresentações culturais, que evocam identidade cultural. Um lugar de memória que possibilita ao público seu efetivo uso, sendo um ambiente integrador e simbólico. Aberto para o público tanto universitário quanto a comunidade em geral, esse edifício, que conta histórias por si só, e abriga as mais diversas exposições artísticas desde o ano de 1980, quando foi restaurado pela segunda vez e inaugurado como Centro Cultural da PUC-Rio, tem seu valor conferido pela sociedade. Dessa forma, o presente capítulo aborda o contexto cultural e o expressivo simbolismo conferido ao Solar. “Pra não dizer que não falei das flores” diz respeito a tentativa de esclarecer que os conflitos, apesar de estarem presentes em muitas relações, também têm o outro lado da moeda. Um lado produtivo, representativo e habilitado a florescer.

O anseio de utilizar esse bem tombado para fins culturais surgiu como idealização do primeiro presidente do órgão SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Em ofício datado 24/02/1961, para o então Ministro da Educação e Cultura, Brígido Fernandes Tinoco, Rodrigo declarou o desejo de converter a ‘Casa de Grandjean de Montigny’ - já sendo propriedade da PUC-Rio - em museu universitário, com o argumento de que essa identidade se “adequaria a feição singular desse monumento arquitetônico”, bem como em consideração ao Grandjean de Montigny e aos demais membros da Missão Artística [21]. No mesmo ofício, Rodrigo também sugeriu a constituição de uma comissão consultiva, a quem confiasse o estudo e o planejamento da conversão, em acordo com o Reitor da PUC-Rio. O pedido foi aprovado pelo Ministro no mês seguinte, entretanto, apesar de sua utilização com fins culturais, o Solar só passou a ser efetivamente denominado de Museu Universitário em 29/08/2011, por meio de portaria do Reitor Pe. Josafá Carlos de Siqueira S.J. [22].

Conforme Rodrigo de Andrade, “a feição singular desse monumento arquitetônico”, pode concluir-se como um elemento imperativo à apropriação desse espaço. Sua estrutura de aproximadamente 197 anos já suportou diversos tipos de ocupações ao longo do tempo. Tais como: Moradia de Grandjean de Montigny e sua família de cerca de 1822 a 1850, quando o arquiteto faleceu; no ano de 1856, a viúva de Grandjean vende a casa para Antonio Francisco de Faria e, a partir de então, a casa passa por uma série de “revendas” e aluguéis, até o ano de 1951, quando passa a ser propriedade da PUC-Rio. Após sua chegada, as tipologias de ocupações variam mais ainda: em 1956, o DCE apropria-se do segundo andar da casa para realizar suas atividades; já no ano de 1963, a Reitoria passou a exercer suas funções no Solar, após concessão do órgão cuidador.

Esses diferentes tipos de ocupações, que contribuíram para a construção de um perfil bem diversificado pertinente à identidade do Solar hoje, explicitam a caracterização de um ambiente de integração que o Solar possui. A Imagem 5 exibe o Solar Grandjean de Montigny durante a estreia de uma exposição na década de 1980. Imagem essa que melhor define o Solar: cultura e integração.

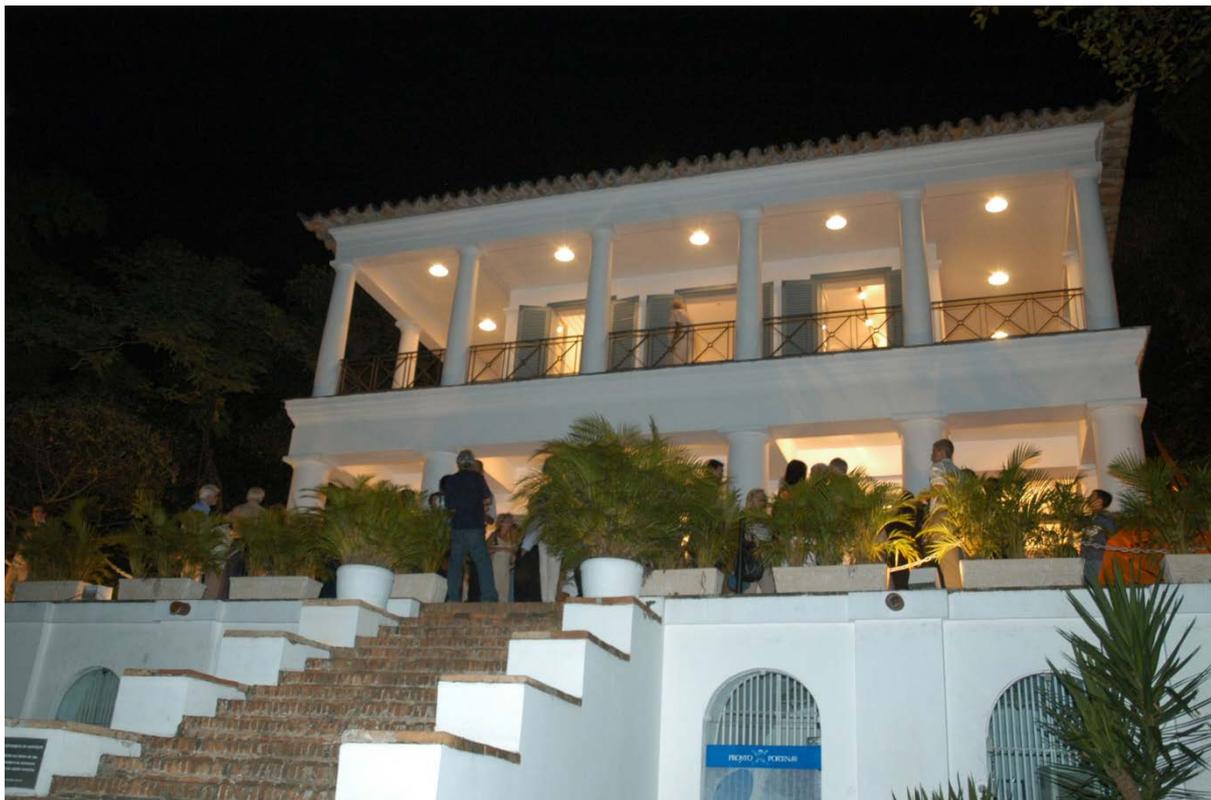


Imagem 5: Inauguração de exposição no Solar Grandjean de Montigny. Fotógrafo desconhecido. c.1980. Acervo Arquivo da Arquiva Rio.

3.5 - Conclusão

O patrimônio deixado por Grandjean não foi apenas seu Solar, mas também a casa França Brasil, o pórtico remanescente e todas as marcas deixadas por ele ao converter a arquitetura barroca para a neoclássica na cidade do Rio. Sua contribuição histórica e artística para o Brasil é hoje simbolicamente representada pelas políticas de proteção do IPHAN devendo, assim, o território simbólico ser indissociável do físico.

As relações de poder e seus consequentes conflitos são especialmente inerente do processo de vivência em um território, onde constantemente há medidas e decisões a serem tomadas por seus agentes. Como o Reitor Pe. Laércio S.J. afirma em uma carta, “há de ser encontrada uma solução que atenda às determinações do SPHAN e às exigências impostas pelo desenvolvimento da PUC” [23].

A dissidência entre o físico e o simbólico se dá, essencialmente, a partir do choque entre as múltiplas territorialidades existentes em um só território. O choque entre as singularidades manifestadas e seus diferentes interesses sobre o território é inerente ao mesmo e torna-se, dessa maneira, uma noção de complexo entendimento. E como afirma Gilberto Velho, “procura-se mostrar que as políticas públicas de patrimônio não podem ser dissociadas da heterogeneidade e complexidade da vida social” [24]. As políticas públicas devem ser tomadas visando uma forma de harmonia no funcionamento de um território que exerce sua determinada função através de processos definidos pelo interesse e poder maior. Sendo assim, as políticas protecionistas do IPHAN devem se estabelecer de forma harmônica com as propostas da PUC-Rio, em respeito ao seu desenvolvimento.

“A forma só se torna relevante quando a sociedade lhe confere um valor social” [25]. O Solar Grandjean de Montigny, Museu Universitário da PUC-Rio, território de interpretação física e simbólica, concomitantemente, sendo ele por excelência um lugar de memória para a história do país e de conflito entre o IPHAN e a PUC-Rio, em relação aos diferentes interesses. Um lugar de memória para todos os artistas que já realizaram exposições em seu âmbito. Um

lugar de memória para todos os visitantes que foram prestigiar as obras e apresentações, e, principalmente, para aqueles que experimentaram uma identidade cultural. É um lugar de memória para a construção do *campus* PUC-Rio caracterizado por recuos e progressos, assim como para sua comunidade acadêmica. O valor social conferido a esse patrimônio histórico se sobrepõe a qualquer conflito. E o entendimento fundamental é de que as esferas físicas e simbólicas de um território são indissociáveis e estão em constante comunicação e evolução.

O Solar Grandjean de Montigny foi escolhido como perpetuador da memória do país, carregando consigo um evidente poder simbólico. Simultaneamente está ele fixado no interior da propriedade da PUC-Rio, uma Universidade de reconhecimento internacional. Acima de qualquer contestação de interesse, o Solar é um território construído a partir de uma organização espacial e valorizado a partir de uma organização social, conforme os termos de Raffestin (1984) [26]. Portanto, deve ser tratado como tal e é necessário, antes de serem tomadas medidas e decisões, levar em consideração todas as suas esferas e interpretações, visando a prosperidade das entidades envolvidas, assim como todos os planejamentos territoriais existentes.

4.0 - Referências

[1] SANTOS, Milton. Estrutura, Processo, Função e Forma como como categorias do método geográfico. In: **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985. p. 49-59.

[2] MASSUCATE, Yvonne Archanjo. **O papel do IPHAN na construção da brasilidade**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

[3] ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil**: monumentos históricos e arqueológicos. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. p. 330-344. (Reedição comentada. Maria Beatriz Setubal de Rezende Silva (Org.)).

[4] ARESTIZÁBAL, Irma. **A morada carioca**: Grandjean de Montigny e o Solar da Gávea. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1992.

[5] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Coordenação-geral de pesquisa, documentação e referência. **Certidão de tombamento [de] Casa de Grandjean de Montigny e respectivo jardim**. Registro em: 03 nov. 2006.

[6] CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 163-175, junho 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de julho de 2019.

[7] VELHO, Gilberto. Patrimônio, negociação e conflito. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-248, abril de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 abril de 2019.

[8] RAFFESTIN, Claude. O Território e o Poder. In: **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. p. 143-158.

[9] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n.10, p. 7-28, dez. 1993.

[10] SOUSA, José Antônio de. O Território na perspectiva das dimensões simbólicas, culturais e identitárias. **Ambivalências**: Revista do Grupo de Pesquisa “Processos Identitários e Poder” – GEPPIP/UFS, v.1., n.2.n p. 156 – 177, jul-dez/2013.

[11] RAFFESTIN, Claude, op. cit.

[12] ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Carta para Diretor do Correio da Manhã**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 23 dez. 1952. p.1-2.

[13] SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marco Aurélio (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

[14] Ibid.

[15] - VELLOSO, Pedro. **Carta para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 23 de jun. 1952. 1f. (Novo anteprojeto da sede da PUC-Rio).

[16] Id. **Carta para Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 21 out. 1952. 6f. (Pedido de destombamento do Solar para cuidados da PUC-Rio).

[17] FILHO, Simões. **Carta para Getúlio Vargas**. Rio de Janeiro, 22 dez. 1952. 2f. (A respeito do pedido de destombamento do Solar).

[18] ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de, op. cit.

[19] DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES. **Ofício para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 11 de jul. 1956. 1f. (Pedido de restauração do Solar Grandjean de Montigny).

[20] MOURA, Laércio Dias de. **Carta para Rodrigo Melo Franco de Andrade**. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 20 dez. 1963. 1f. (Propostas de novas construções no *campus* PUC-Rio).

[21] ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Carta para Brígido Tinoco**. Rio de Janeiro, 24 fev. 1961.1f. (Solicitação de constituição de comissão consultiva).

[22] SIQUEIRA, Josafá Carlos de. **Portaria n. 42/2011**. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 29 agosto 2011. (Mudança da denominação do Solar Grandjean de Montigny de Centro Cultural para Museu Universitário - PUC-Rio).

[23] MOURA, Laércio Dias de. op. cit.

[24] VELHO, Gilberto. op. cit.

[25] SANTOS, Milton. op. cit.

[26] RAFFESTIN, Claude. Territoriality. A reflection of the discrepancies between the organization of space and individual liberty. **International Political Science Review**, 1984, vol. 5, n. 2, p. 139-146.